

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE REDUÇÃO
DE DANOS: UM ESTUDO CIENCIOMÉTRICO**

**SCIENTIFIC PRODUCTION ON THE NATIONAL HARM REDUCTION
POLICY: A SCIENTOMETRIC STUDY**

Renato da Silva Alves¹

Christiane Silva Souza²

Flaviane Mello Lazarini³

Marlete Scremin⁴

Sirlaine de Pinho⁵

Bruno de Pinho Amaral⁶

Dávila Dayane Martins Souza⁷

Rafael Cardoso dos Santos⁸

Roberta Veloso César⁹

Flávia Mayra dos Santos¹⁰

Emmilly Lucciane Alves Maria¹¹

Émile Lilian Pereira de Oliveira¹²

-
- 1 Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna (FASI)
 - 2 Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna (FASI)
 - 3 Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
 - 4 Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
 - 5 Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)
 - 6 Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)
 - 7 Faculdades Unidas do Norte de Minas Gerais (FUNORTE)
 - 8 Faculdades Unidas do Norte de Minas Gerais (FUNORTE)
 - 9 Faculdades Unidas do Norte de Minas Gerais (FUNORTE)
 - 10 Faculdades Unidas do Norte de Minas Gerais (FUNORTE)
 - 11 Faculdades Unidas do Norte de Minas Gerais (FUNORTE)
 - 12 Faculdades Unidas do Norte de Minas Gerais (FUNORTE)



Bianca Oliveira Leite¹³

Anderson Neco Rocha¹⁴

Rafael Dias Cordeiro¹⁵

Resumo: Objetivo: verificar o nível do conhecimento e sistematização da produção científica vinculada à Política Nacional de Redução de Danos após sua implementação. Métodos: estudo cienciométrico tendo como cenários utilizados as bases de dados secundários United States National Library of Medicine (PubMed) e também no Scientific Electronic Library Online, utilizando como critério de elegibilidade os artigos publicados compreendidos no corte temporal dos últimos 13 anos, disponíveis na íntegra e nos idiomas inglês, espanhol e português, foram excluídos os artigos com tema central relacionados à epidemiologia de doenças, estudos de caso, pesquisas nas áreas das ciências básicas, entre outros que não se enquadraram nas temáticas da política, foi elaborado um instrumento para extração dos dados, a seleção dos artigos foi realizada de forma independente pelos pesquisadores, as divergências foram resolvidas com o uso do instrumento elaborado, os artigos identificados foram selecionados e classificados por meio da análise dos títulos e resumo, sendo assim tabulados e organizados em planilhas do programa Microsoft Excel 2016. Resultados: houve predominância de publicações entre os anos de 2012 a 2016 com o tema central relacionado a redução de danos, o estado do Rio de Janeiro e outros países apresentaram o maior número de publicações, sem nível de classificação qualis e com nível de evidência cinco. Conclusão: A produção científica relacionada a redução de danos expressou-se insipiente, considerando que o tema é de importância para a saúde coletiva.

Palavras-chave: Redução de Danos; Política de Saúde; Política Pública.

Abstract: Objective: to verify the level of knowledge and systematization of scientific production

13 Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna (FASI)

14 Centro Universitário UNIFG (UNIFG)

15 Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc)



linked to the National Harm Reduction Policy after its implementation. Methods: scientometric study using the secondary databases United States National Library of Medicine (PubMed) and also in the Scientific Electronic Library Online, using as eligibility criteria the published articles included in the time cut of the last 13 years, available in full and in english, Spanish and Portuguese languages, articles with central theme related to the epidemiology of diseases were excluded, case studies, research in the areas of basic sciences, among others that did not fit the policy themes, an instrument was elaborated for data extraction, the selection of articles was carried out independently by the researchers, divergences were resolved with the use of the instrument elaborated, the identified articles were selected and classified through the analysis of titles and abstract, tabulated and organized in microsoft excel 2016 spreadsheets. Results: there was a predominance of publications between 2012 and 2016 with the central theme related to harm reduction, the state of Rio de Janeiro and other countries presented the highest number of publications, with no qualis classification level and with evidence level five. Conclusion: The scientific production related to harm reduction was expressed insipid, considering that the theme is of importance for public health.

Keywords: Damage Reduction; Health Policy; Public Policy.

Introdução

A discussão acerca da redução de danos (RD) teve início na década de 80 com a propagação do vírus da imunodeficiência humana (HIV), iniciando com o compartilhamento de seringas. Ao decorrer do tempo com a evolução política, reformas políticas e revoltas, houve o fortalecimento da RD (COSTA; RONZANI; COLUGNATI, 2017; BISOGNIN; DUTRA, 2016).

A RD é um conjunto de ações que vem para amparar, dando suporte de tratamento adequado aqueles que são dependentes de álcool e drogas, que além de proporcionar riscos a eles mesmos como doenças e acidentes, afetam outras pessoas não dependentes (BISOGNIN; DUTRA, 2016).



Nesse sentido, com as divisões nas cidades, entre os meios do subúrbio e regiões centrais, aumentando o consumo e a também facilidade de conseguir diversos tipos de drogas, o estado iniciou a política global de guerra às drogas junto com a RD (PASSOS; SOUZA, 2011).

Com isso, a RD em território brasileiro revalida problemas em sua ação. Há uma grande obstinação relacionada esta política nos estados, por muitas pessoas se mostrarem contra, não havendo exposição para cidadãos dos benefícios, sendo um grande obstáculo (BISOGNIN; DUTRA, 2016).

Em relação ao perfil epidemiológico, grande inquérito realizado entre os anos de 2004 a 2010 com adolescentes mostraram que a maior taxa de consumo é de álcool, em contrapartida 36% já consumiram drogas e o consumo mais frequente foi na região Sul e Sudeste do Brasil. Entre 2004 a 2005, 61% tinham fácil acesso a maconha. O álcool alcançou as maiores taxas no ranque como um dos mais consumidos por adultos (BASTOS; REIS, 2017).

Após os levantamentos de dados referente ao consumo de álcool e drogas e a grande discussão sobre o tema, teve então a normatização das atividades direcionadas a RD relacionada ao uso de álcool e drogas ilícitas, conforme os termos do artigo 12, inciso I, da lei número 10.409 de 11 de janeiro de 2002, assim a partir dela deve-se determinar ações em prol a redução de danos sociais e a saúde, decorrente do uso de itens, fórmulas e drogas que levem a dependência, definindo ações não só ao indivíduo em sua singularidade, mas também ao público afetado e a comunidade, essas ações vinculam-se a informar, educar e aconselhar, entre vários outros aspectos importantes em relação a RD (BRASIL, 2005).

O Ministério da Saúde prioriza o método clínico-político da RD para direção das ações aos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) aos dependentes das drogas e aos seus familiares (MOREIRA, 2016). No entanto, apesar do contexto histórico e as grandes conquistas que a RD obteve, ainda há grandes barreiras entre os profissionais da saúde e o paciente, principalmente em relação ao temor acerca da dependência, preconceitos, não aceitação do tratamento sugerido pelo profissional e agressões (SOUZA et al., 2017). Nesse sentido, o objetivo do presente estudo foi verificar o nível do conhecimento e sistematização da produção científica vinculada à Política Nacional de Redução de Danos após sua implementação.



Métodos

Conduziu-se um estudo cienciométrico o qual acarretam grandes possibilidades de novos meios de conhecimento, podendo ser utilizado em diversas áreas de estudo (SILVA-FILHO, 2019), trazendo uma análise integral, aplicando evidências que foram de grande importância para a ciência e também para as políticas públicas (PARRA; COUTINHO; PESSANO, 2019).

A pesquisa foi realizada nas bases de dados secundários United States National Library of Medicine (PubMed), acessada pelo site <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed>, e também no Scientific Eletronic Library Online (SciELO), disponível na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) pelo site <http://www.bireme.br>. Sendo avaliados todos os artigos nacionais e internacionais publicados após a publicação da Política Nacional Redução de Danos (PNRD), sendo critério para amostragem final.

Para seleção dos artigos foram utilizados artigos publicados após a publicação da Política Nacional de Redução de Danos compreendidos no corte temporal dos últimos 13 anos, disponíveis na íntegra e nos idiomas inglês, português e espanhol. Foram excluídos os artigos com tema central relacionados à epidemiologia de doenças, estudos de caso, pesquisas nas áreas das ciências básicas, entre outros que não se enquadraram nas temáticas da PNRD.

A seleção dos artigos foi realizada de forma independente pelos pesquisadores, as divergências foram resolvidas com o uso do instrumento elaborado. Foram coletadas as seguintes informações: dados de identificação do artigo (título, autores, nome do periódico, ano de publicação, volume e número), tipo de estudo, local de estudo, objetivo do estudo, eixo temático, classificação Qualis/Capes, periódico de publicação, nível de evidência, desfechos, dentre outros. Os artigos identificados foram selecionados e classificados por meio da análise dos títulos e resumo.

Após a seleção final foram extraídas as informações por meio do instrumento citado que guiou a elaboração das figuras e análise de dados. Os dados foram tabulados e organizados em planilhas do programa Microsoft Excel 2016.



RESULTADOS

Durante a busca pelos artigos foram encontradas trezentos e setenta e quatro publicações científicas, após serem filtrados pelo ano de publicação de 2005 a 2023, texto completo disponível e tipo do documento artigo. Após a leitura dos títulos e resumos excluiu-se os artigos duplicados e os que não atenderam aos critérios de inclusão, resultando vinte e seis artigos.

A Figura 1 representa a quantidade de artigos publicados por ano desde a publicação da PNRD, ou seja, o número de artigos publicados de 2005 a 2022 que se relacionam com o tema da política de alguma forma. A Figura 2 representa a classificação temática, notou-se um número maior de publicações sobre redução de danos, seguido de políticas nacionais sobre álcool e drogas e redução de danos no uso de tabaco.

Os locais de origem das publicações estão representados na Figura 3, o Rio de Janeiro e outros países obtiveram o maior número de publicações que tratam acerca da PNRD. Em relação ao Qualis/Capes a Figura 4, demonstra que foram identificadas as classificações A2, B1, B2, e B4, sendo a grande parte delas A2 e B1.

Em relação aos níveis de evidências, os artigos são em sua maioria de pesquisas de revisão sistemática de estudos qualitativos ou descritivos, seguido por estudos qualitativos ou descritivos, com os níveis de evidências 5 e 6, respectivamente.



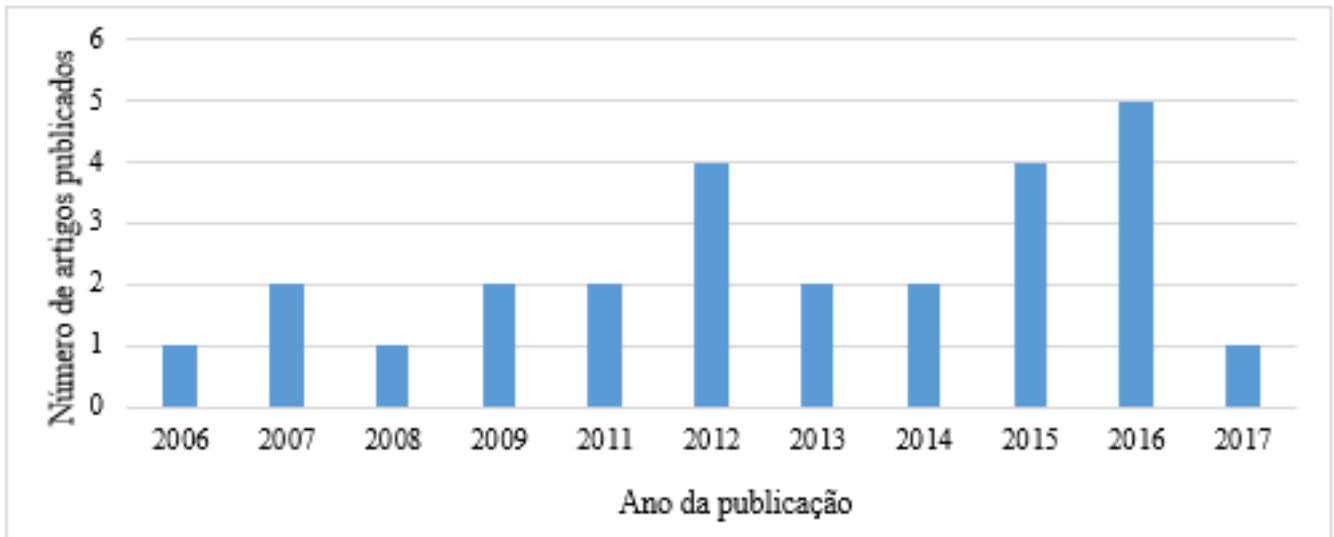


Figura 1. Número de artigos publicados nas bases de dados PubMed, SciELO e BVS sobre a PNRD após sua implantação.

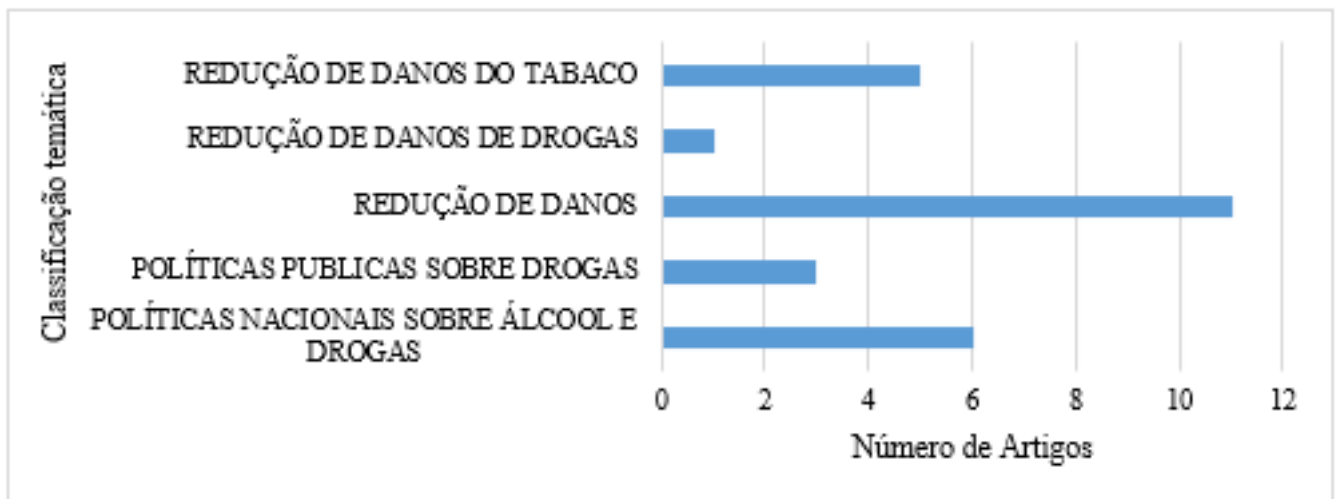


Figura 2. Temas com maior porcentagem de artigos publicados sobre a PNRD após implantação.



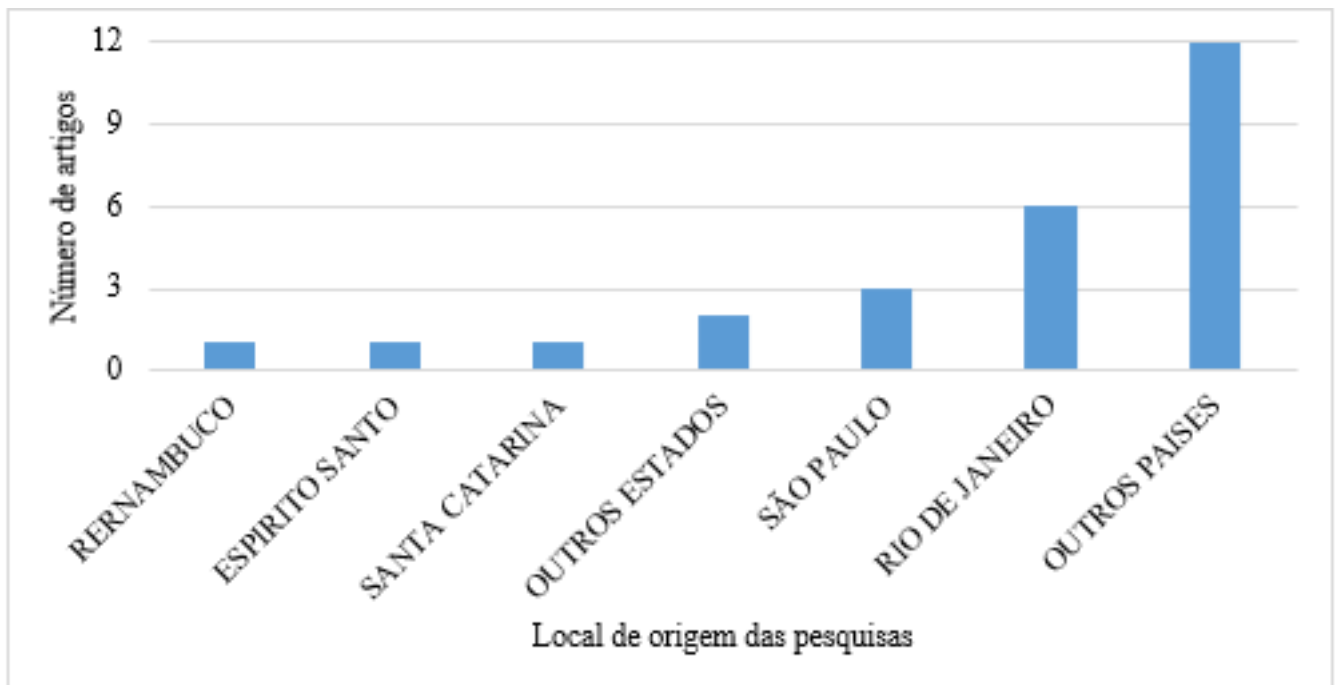


Figura 3. Número de artigos publicados no período sobre a PNRD classificados quanto ao local de origem das publicações.

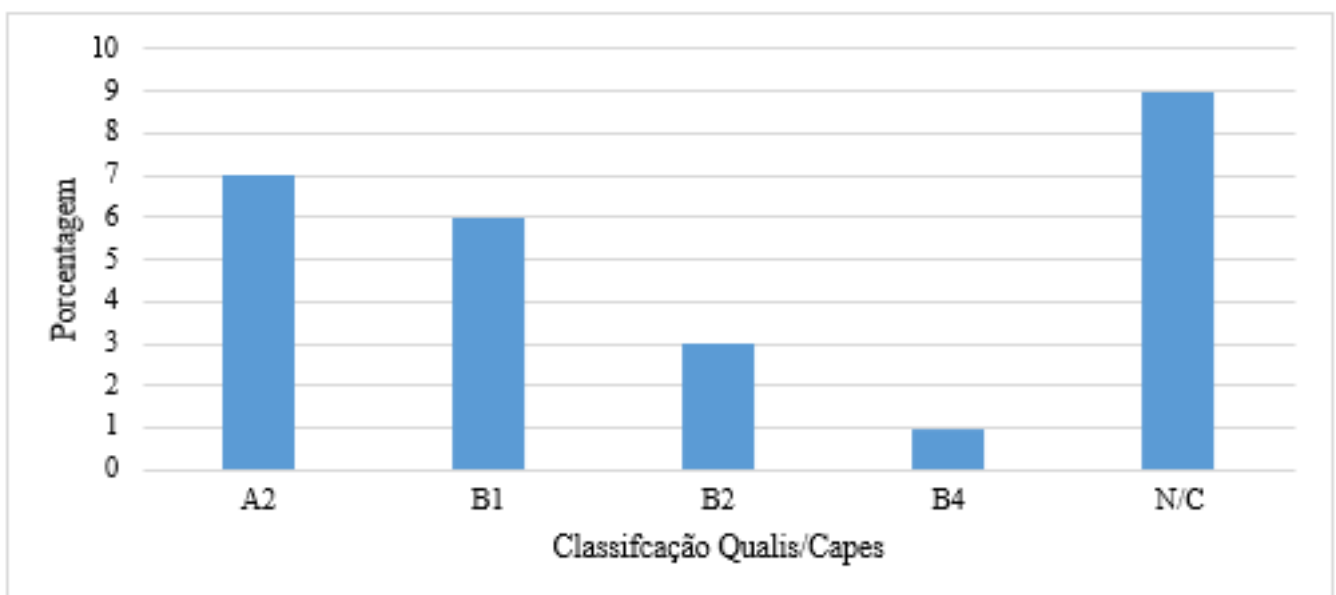


Figura 4. Levantamento do estrato Qualis/Capes dos periódicos científicos com publicações no período sobre a PNRD.



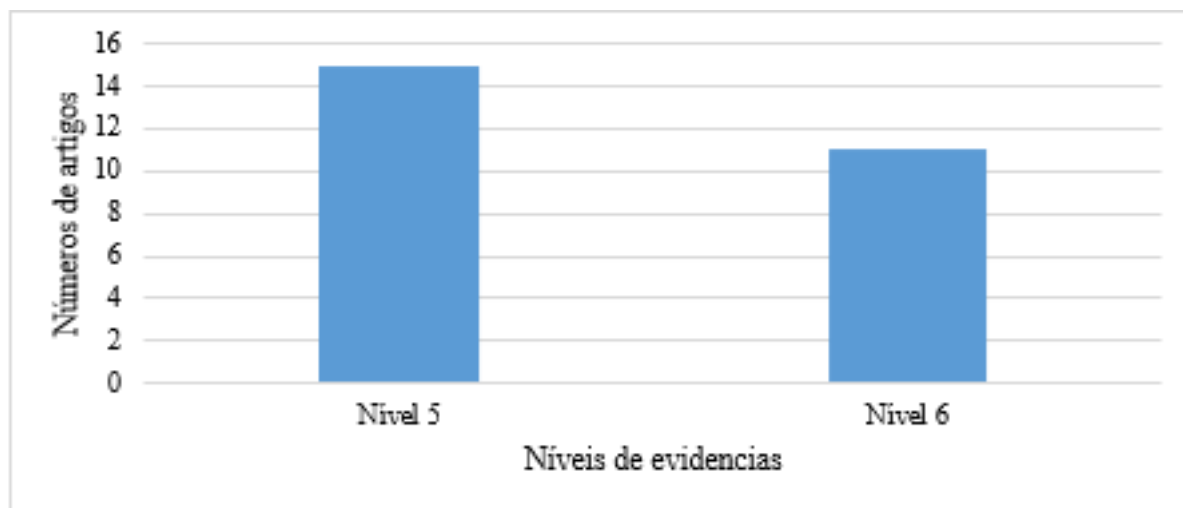


Figura 5 - Níveis de evidência nos periódicos científicos com publicações no período sobre a PNRD.

Discussão

Compreende-se que a ligação do homem com as drogas é antiga como sua natural trajetória humanística (SANTOS; MIRANDA, 2016). Nos anos 90 foram criados dois programas importantes: a Associação Brasileira de Redutores de Danos e Rede Brasileira de Redução de Danos (RD) reforçando ainda mais as práticas de RD (FONSÊCA, 2012).

Mesmo sem o apoio do governo, esses órgãos somaram esforços em poucos estados brasileiros em relação as práticas de RD, o estado de São Paulo na cidade de Santos foi a primeiro a programar o descarte de seringas, logo em seguida Salvador (BA) sugerindo um programa de redução de danos e assim outros estados apoiaram a ideia, no ano de 1998 São Paulo lançou a lei que legalizava a trocas das seringas, neste mesmo ano aconteceu a IX Conferência Internacional de redução de danos com a participação de vários países (NIEL; SILVEIRA, 2008). Como as drogas deixaram de ser somente utilizadas por seringas, sendo consumidas também por outros tipos e meios de administração (CARVALHO; DIMENSTEIN, 2017), em 2004 a RD passa a figurar a política de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas (NIEL; SILVEIRA, 2008).



A RD visa à diminuição das substâncias de uso contínuo, sendo elas lícitas e/ou ilícitas que causam dependências e riscos ao ser humano. O indivíduo fica propenso a várias ameaças externas e internas, como a vulnerabilidade a doenças e proporciona perigo a vida de outras pessoas com os efeitos das drogas em seu organismo (BISOGNIN; DUTRA, 2016).

A fim de evitar a propagação de desfechos desfavoráveis, acidentes, dentre outros, a RD materializa a prevenção e promoção a saúde, engajando o indivíduo ao meio social, fazendo uma intervenção eficaz para que diminua os casos de uso de drogas e álcool, decorrente disso a redução de doenças e acidentes (CRUZ, 2017).

Há no Brasil uma divisão entre as drogas ilícitas e lícitas (tabaco e o álcool), o que gera assim uma preocupação governamental e social para que haja incursão dos não legalizados. Entretanto, os cuidados à saúde dos usuários, que por sua vez sofrem de abstinência, ficam em segundo momento, sendo o foco principal o combate apenas (DELGADO, 2005).

É possível identificar que os recursos destinados ao financiamento da RD é público em todas as regiões, seja do Ministério da Saúde por meio de projeto ou pelas prefeituras municipais por meio de convênios do Departamento Nacional de DST/AIDS ou mesmo Saúde Mental, não sendo encontrado iniciativas de cunho privado. Assim, no cenário brasileiro a principal fonte de recursos é governamental, sobretudo, da esfera federal. Frequentemente nos municípios a RD foi iniciado por meio de serviços voluntários, geralmente alguma organização não governamental. Nas regiões em que o início ocorreu de forma voluntária, obteve-se financiamento do Ministério da Saúde em seguida a implementação. As regiões que já iniciaram com recursos, também alcançaram junto ao Ministério da Saúde, resultado dos recursos destinados a prevenção das DST/AIDS (NARDI; RIGONI, 2009).

Nesse sentido, possíveis atrasos no direcionamento das verbas limitam o trabalho e a continuidade dos programas. Quando o direcionamento de recursos fica impedido ou atrasado durante um período prolongado, alguns profissionais são dispensados para procurar outras ocupações, reduzindo dessa forma as equipes que atuam no programa, ou até mesmo, parando o trabalho. Em razão a estes e outras variáveis, a maior parte do trabalho dessas estratégias é resultado de trabalhos voluntários. É



essencial ressaltar ainda que conforme informado por alguns profissionais que ocupam cargos de chefia dos programas, essa situação não está associada à obrigatoriedade de prestação de contas, mas, sim a ausência de interesse político no direcionamento de investimento (NARDI, RIGONI, 2009).

No entanto, uma situação que só foi encontrada na organização governamental é a perspectiva de descontinuidade da linha de trabalho em razão de alteração de gestão. Nesse sentido, tanto a posição político-partidária quanto a opção pessoal da gestão em relação as diversas abordagens para lidar com o uso de drogas podem impedir ou dificultar a execução do trabalho acerca da redução de danos (NARDI, RIGONI, 2009).

Nesse contexto, as estratégias de abordagem da redução de danos ao usuário de drogas baseiam-se na qualidade de vida, intervenções participativas, valendo-se do contexto social e valorização dos direitos humanos, e não se pautando no alcance ao todo custo da abstinência (SILVA-JUNIOR et al., 2018).

Assim, evidencia-se a estratégia de redução de danos como alternativa prática oportuna a assistência nas políticas públicas direcionadas aos usuários de crack e outras drogas, uma vez que a redução de danos pauta-se pelos direitos humanos, com respeito a singularidade do indivíduo, bem como suas escolhas e responsabilidades, não limitando o tratamento da dependência química unicamente a quem deseja atingir a abstinência (SILVA-JUNIOR et al., 2018).

Conclusão

A produção científica relacionada a redução de danos expressou-se insipiente, considerando que o tema é de importância para a saúde coletiva, já que a sociedade e até mesmo profissionais que lidam e trabalham com a RD sabem pouco sobre o assunto, sobre seus benefícios aos usuários de drogas ilícitas e toda a sociedade. Mais estudos sobre a temática poderão possibilitar avanços para que os profissionais de saúde juntamente com a sociedade proporcionem uma rede de apoio e cuidados necessários aos indivíduos que fazem uso de álcool e outras drogas.



REFERÊNCIAS

BASTOS, F.; REIS, N. B. Pesquisas Sobre o Consumo de Drogas no Brasil. Eixo Políticas e Fundamentos. In: Aberta: sujeitos, contextos e drogas, Portal de formação a distância, 2017.

BISOGNIN, J.; DUTRA, M.C. A dificuldade de implementação da política de redução de danos no Brasil: um retrocesso à dignidade da pessoa humana. Anais do XI Seminário Nacional Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2016.

BRASIL. Portaria nº 1.028, de 1º de julho de 2005. Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria.

CARVALHO, B.; DIMENSTEIN, M. Análise do Discurso sobre Redução de Danos num CAPS ad III e em uma Comunidade Terapêutica. Temas em Psicologia. v.25, n.2, p 647-660, 2017.

COSTA, P.H.A.; RONZANI, T.M.; COLUGNATI, F.A.B. No papel é bonito, mas na prática...” Análise sobre a rede de atenção aos usuários de drogas nas políticas e instrumentos normativos da área. Saúde Social. v.26, n.3, p.738-750, 2017.

CRUZ, M.S. A redução de danos no cuidado ao usuário de drogas. Eixo Práticas. In: Aberta: sujeitos, contextos e drogas. Portal de formação a distância, 2017.

DELGADO, P.G. Drogas: o desafio da saúde pública. Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

FONSÊCA, C.J.B. Conhecendo a redução de danos enquanto uma proposta ética. Psicologia & Saberes. v.1, n.1, p.11-36, 2012.

MOREIRA, T.D.S. Redução de danos em um CAPS AD: discursos de profissionais de saúde. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva) – Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.



NARDI, H.C.; RIGONI, R.Q. Mapeando programas de redução de danos da Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. v.25, n.2, p.382-392, 2009.

NIEL, M.; SILVEIRA, D.X. Drogas e redução de danos: uma cartilha para profissionais de saúde. Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (PROAD), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Ministério da Saúde, São Paulo, 149 f, 2008.

PARRA, M.R.; COUTINHO, R.X.; PESSANO, E.F.C. Um breve olhar sobre a cienciometria: Origem, Evolução, Tendências e sua Contribuição para o Ensino de Ciências. *Contexto & Educação*. v.34, n.107, p.126-141, 2019.

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas. *Psicologia & Sociedade*. v.23 n.1, p.154-162, 2012.

SANTOS, V.B.; MIRANDA, M. Projetos/programas de redução de danos no brasil. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*. v.5, n.1, p.106-118, 2016.

SILVA-FILHO, J.N. Volume de publicações científicas sobre educação ambiental na base scielo brasil: um estudo de cienciometria. *Revista Brasileira de educação ambiental*. v.14, n.1, p.207-221, 2019

SOUZA, D.R et al. Resistências dos profissionais da atenção psicossocial em álcool/drogas à abordagem de redução de danos. *Journal of Nursing and Health*. v. 7, n.1, p.16-24, 2017.

